

Scotiabank Brasil
S.A. Banco Múltiplo

**Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2020**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório do Comitê de Auditoria	4
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balanço patrimonial	9
Demonstração do resultado	11
Demonstração do resultado abrangente	12
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstração dos fluxos de caixa	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Apresentamos as Demonstrações Financeiras do Scotiabank Brasil do semestre findo em 30 de junho de 2020, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, configuradas pela Lei das Sociedades por Ações.

DESEMPENHO DO SEMESTRE

O Scotiabank Brasil encerrou o 1º semestre de 2020 com um lucro líquido de R\$ 47.990, o que representa uma rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido de 8,55%. O índice de Basileia de 19,49% e o Patrimônio mínimo exigido para os montantes dos ativos ponderados pelo risco (RWA) R\$ 470.913.

Desde o início da pandemia, o Banco está em plena capacidade operacional e as ações estão pautadas nas orientações do Ministério da Saúde. As demonstrações financeiras não foram impactadas pelos efeitos decorrentes da covid-19 e uma série de medidas foram tomadas pela Administração para proteção e suporte a seus funcionários, mantendo a maioria em trabalho remoto. O Banco continua com sua política conservadora no que tange a administração de liquidez e parâmetros de riscos adequados às atividades da instituição.

OUTRAS INFORMAÇÕES

De acordo com o disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, o Banco declara possuir capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento”.

AGRADECIMENTOS

O Scotiabank Brasil agradece a todos seus clientes pela confiança e apoio, e a seus funcionários e colaboradores, pela dedicação, ética, profissionalismo e comprometimento.

A Diretoria

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Scotiabank Brasil S.A., foi constituído através da Ata da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 31.03.2020.

Compete ao Comitê zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis do Banco, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria interna e da empresa de auditoria externa e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, da auditoria interna, dos auditores externos, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

Sistemas de Controles Internos e de Administração de Riscos

O Comitê de Auditoria, avaliou, em reuniões com a Diretoria de Riscos & Compliance, aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos de crédito, de mercado e de liquidez.

Com base no resultado dos trabalhos da Auditoria Independente e da Auditoria Interna, o Comitê entendeu que os controles e procedimentos exercidos pelo Banco são adequados e suficientes.

Cumprimento da Legislação, da Regulamentação e das Normas Internas

O Comitê de Auditoria considera que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais estão definidos e continuam sendo praticados de acordo com as orientações corporativas.

O Comitê, com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios produzidos pela Auditoria Externa, conclui que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da Organização.

Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria acompanhou o processo de auditoria desenvolvido pela Auditoria Interna, por meio da realização de reuniões periódicas e da aprovação de seus planejamentos estratégico e tático, relativos ao exercício de 2020, e do acompanhamento de sua execução.

O Comitê avalia como adequada a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna. Os resultados desses trabalhos, apresentados nas sessões de trabalho do Comitê, não trouxeram ao conhecimento do Comitê a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade da Organização.

Auditoria Externa

O Comitê mantém com os auditores externos um canal de comunicação regular para ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, permitindo aos seus membros fundamentar opinião acerca da integridade das demonstrações contábeis.

O Comitê avalia como plenamente satisfatórios o volume e a qualidade das informações fornecidas pela KPMG, as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos.

Demonstrações Financeiras

O Comitê analisou as Demonstrações Contábeis em conjunto com as Notas Explicativas e debateu com a KPMG e com executivos da Organização antes de sua publicação. Verificou-se que estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Conclusão

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, certifica que as informações constantes neste Relatório são verídicas, atendem às requisições definidas nas Resoluções CMN nº 2.554/98 e nº 3.198/04 e que o sistema de controles do Scotiabank Brasil S.A. é adequado à complexidade e riscos de seus negócios.

São Paulo, 26 de Agosto de 2020.

Comitê de Auditoria

Paulo André Campos Bernardo

Alexandre Hideo Yoda

Antonio Pianucci



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e aos Administradores do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Giuseppe Masi
Contador CRC 1SP176273/O-7

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

Balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.076.959	313.987
Ativos financeiros		9.167.616	6.103.909
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	4.295.870	2.399.296
Títulos e valores mobiliários	3d, 6	929.877	765.904
Instrumentos financeiros derivativos	3e, 7	114.593	140.211
Operações de crédito	3f, 9a	1.826.657	1.764.016
Operações de câmbio	10	1.952.426	993.501
Outros ativos financeiros	11a	48.193	40.981
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3g, 9c/d	(138.686)	(86.317)
Títulos e valores mobiliários		(693)	-
Operações de crédito		(80)	(78)
Outros créditos com características de concessão de crédito		(137.913)	(86.239)
Créditos tributários	3l, 19b/c	89.331	56.606
Investimentos	3h	6	6
Outros investimentos		6	6
Imobilizado de uso	3h	4.623	4.917
Imóveis de uso		891	-
Outras imobilizações de uso		15.485	16.001
Depreciações acumuladas		(11.753)	(11.084)
Intangível	3h	1.512	1.095
Ativos Intangíveis		2.282	1.746
Amortizações acumuladas		(770)	(651)
Outros ativos	3b, 11b	15.731	19.362
Total do ativo		12.217.092	6.413.565

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

Balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	2020	2019
Passivos financeiros		10.893.459	5.187.103
Depósitos	3j, 12	110.248	1.050.999
Captações no mercado aberto	3j, 13	824.942	424.583
Obrigações por empréstimos	3j, 14	1.624.665	569.415
Obrigações por repasses	3j, 15, 24a	1.639.926	1.623.753
Instrumentos financeiros derivativos	3e, 7	5.543.747	935.070
Operações de câmbio	10	1.128.348	491.208
Outros passivos financeiros	16a	21.583	92.075
Obrigações fiscais diferidas	19b	18.878	36.416
Provisões para contingências	17d	27.560	27.181
Outros passivos	3k, 16b	128.189	66.874
Patrimônio líquido		1.149.006	1.095.991
Capital social	18	796.879	796.879
Reservas de lucros	18	294.867	292.468
Outros resultados abrangentes	3d, 6	11.669	6.644
Lucros acumulados		45.591	-
Total do passivo		12.217.092	6.413.565

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

Demonstração do resultado

Em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

		1º Semestre	
	Nota	2020	2019
Receitas da intermediação financeira		910.374	130.480
Operações de crédito	9f	478.794	28.277
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		134.186	96.150
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7	(10.280)	6.053
Resultado de operações de câmbio		307.674	-
Despesas da intermediação financeira		(731.394)	(55.213)
Operações de captação no mercado		(38.796)	(20.006)
Operações de empréstimos e repasses		(692.598)	(19.395)
Resultado de operações de câmbio		-	(15.812)
Resultado da intermediação financeira		178.980	75.267
Resultado de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(52.369)	1.205
Títulos e valores mobiliários		(693)	-
Operações de crédito	9d	(3)	2
Outros créditos com características de concessão de crédito	9d	(51.673)	1.203
Resultado bruto da intermediação financeira		126.611	76.472
Outras receitas (despesas) operacionais		(44.091)	(37.231)
Receitas de prestação de serviços		8.182	6.362
Despesas de pessoal		(32.349)	(28.159)
Outras despesas administrativas		(11.105)	(10.773)
Despesas tributárias		(11.744)	(5.319)
Outras receitas operacionais	24b	3.197	1.222
Outras despesas operacionais	24b	(272)	(564)
Reversões /(Despesas) de provisões para contingências		(379)	(484)
Trabalhistas		(17)	19
Fiscais		(362)	(503)
Resultado operacional		82.141	38.757
Resultado não operacional		(5)	-
Resultado antes da tributação e participações no lucro		82.136	38.757
Imposto de renda e contribuição social	19a	(34.146)	(15.416)
Provisão para imposto de renda		(38.528)	(12.265)
Provisão para contribuição social		(28.343)	(7.431)
Ativo fiscal diferido		32.725	4.280
Lucro líquido dos semestres		47.990	23.341
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		11,41	5,55

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

Demonstração do resultado abrangente

Em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	1º Semestre	
Nota	2020	2019
Lucro líquido do período	47.990	23.341
Itens que podem ser reclassificados para o resultado:		
Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	5.025	8.648
Títulos e valores mobiliários	9.136	14.413
Efeito fiscal	(4.111)	(5.765)
Resultado abrangente	53.015	31.989

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
			Legal	Estatutárias			
Saldos em 1º de janeiro de 2019		796.879	22.007	239.869	8.534	-	1.067.289
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	8.648	-	8.648
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	23.341	23.341
Destinações:							
Reserva legal		-	1.167	-	-	(1.167)	-
Saldos em 30 de junho de 2019		796.879	23.174	239.869	17.182	22.174	1.099.278
Saldos em 1º de janeiro de 2020		796.879	26.737	265.731	6.644	-	1.095.991
Ajustes de avaliação patrimonial	6b	-	-	-	5.025	-	5.025
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	47.990	47.990
Destinações:							
Reserva legal	18	-	2.399	-	-	(2.399)	-
Saldos em 30 de junho de 2020		796.879	29.136	265.731	11.669	45.591	1.149.006

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

Demonstração dos fluxos de caixa

Em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado		47.152	9.939
Lucro líquido dos semestres		47.990	23.341
Ajustes ao lucro líquido		(838)	(13.402)
Despesa (reversão) de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		52.369	(1.205)
Depreciações e amortizações		788	530
Impostos diferidos	19a,19b	(54.374)	(13.211)
Despesa de provisão para passivos contingentes e obrigações legais	19d	379	484
Variação de ativos e obrigações		2.716.731	(691.096)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez		(1.896.574)	(502.283)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários		(154.837)	(46.294)
Redução em instrumentos financeiros derivativos		4.634.295	17.151
Redução (aumento) em operações de crédito		(62.641)	11.018
Redução (aumento) em operações de câmbio	10	(321.785)	42.094
(Aumento) em outros ativos financeiros	11a	(7.212)	(4.635)
Redução em outros ativos	11b	3.631	15.463
Aumento (redução) em depósitos	12	(940.751)	62.209
Aumento em captações no mercado aberto	13	400.359	346.006
(Redução) em recursos de aceites e emissão de títulos		-	(927)
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos e repasses	14, 15	1.071.423	(573.707)
(Redução) em outros passivos financeiros	16a	(70.492)	(31.283)
Aumento (redução) em outros passivos	16b	61.315	(25.908)
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades operacionais		<u>2.763.883</u>	<u>(681.157)</u>
Atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado de uso		(375)	(402)
Aplicações no ativo intangível		(536)	(66)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(911)</u>	<u>(468)</u>
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa		<u>2.762.972</u>	<u>(681.625)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início dos semestres		313.987	1.426.469
Caixa e equivalentes de caixa no final dos semestres	4	3.076.959	744.844
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa		<u>2.762.972</u>	<u>(681.625)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

O Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (“Banco”) está organizado e autorizado a exercer a sua atividade como banco múltiplo e a operar por meio das carteiras de investimento e comercial, incluindo câmbio.

Os acionistas do Banco são o The Bank of Nova Scotia (“BNS”) e o BNS Investments Inc. (investida integral do BNS), ambos com sede no Canadá.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e do Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), quando aplicáveis.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria Executiva em 26 de agosto de 2020.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estimativas do valor justo de certos instrumentos financeiros, provisões para contingências, outras provisões e sobre a determinação da vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

Os valores realizáveis e exigíveis até um ano e após um ano são segregados, respectivamente, em circulante e não circulante, na forma da regulamentação vigente. As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas com base no método indireto.

Mudanças na apresentação das demonstrações financeiras

Com base na Resolução CMN nº 4.720 e na Circular BACEN nº 3.959, o Banco realizou mudanças na apresentação das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2020 atendendo aos requerimentos das respectivas normas, onde destacamos as principais mudanças:

Balanço patrimonial

- Apresentação dos ativos e passivos exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de segregação de circulante e não circulante está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas;
- Adoção de nova nomenclatura e grupamento de itens patrimoniais, tais como: instrumentos financeiros, provisões para perdas associadas ao risco de crédito, créditos tributários, outros ativos, depósitos e demais instrumentos financeiros, obrigações fiscais diferidas, provisão para contingências e outros passivos.

Demonstração do resultado

- Abertura de despesas de provisões segregadas pelas classes mais relevantes apresentadas na linha "Resultado de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito";
- Mudança da alocação do "Resultado de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito" passando a ser apresentado logo após "Resultado bruto da intermediação financeira";
- Apresentação da provisão para contingências em linha específica em: "Reversões / (Despesas) de provisões para contingências".

Notas explicativas

- Divulgação da hierarquia de valor justo e análise de sensibilidade, com base na Resolução CMN nº 4.748.

Apresentação dos saldos comparativos

Os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas.

3 Descrição das principais práticas contábeis

a. Apuração de resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.

Para fins de melhor apresentação, o Banco efetua a reclassificação da variação cambial das contas "Outras receitas / despesas operacionais" diretamente para as respectivas contas "Receitas / despesas da intermediação financeira" na demonstração de resultado.

b. Outros ativos

Demonstrados pelos valores de realização, deduzido quando aplicável das correspondentes rendas a apropriar, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, e ajustados por provisão, quando aplicável até a data do balanço.

c. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações em operações compromissadas – posição bancada e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

d. Títulos e valores mobiliários

São registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular BACEN nº 3.068, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração nas categorias de: "Títulos para negociação", relativo a títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo classificados no circulante e ajustados pelo seu valor justo em contrapartida ao resultado do período, "Títulos disponíveis para venda", que não se enquadram como para negociação nem como para mantidos até o vencimento, são ajustados pelo seu valor justo em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos

efeitos tributários e “Títulos mantidos até o vencimento”, os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Para apuração do valor justo da carteira de títulos e valores mobiliários, os títulos públicos federais tem os seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. Para os títulos privados, como as debêntures, é baseado no apreamento a modelo de forma independente, que consiste no cálculo do valor futuro dos fluxos de caixa acrescidos de correção monetária, descontados ao seu valor presente pela taxa de juros prefixada acrescido do spread de crédito. O Banco registra a estimativa de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das debêntures, utilizando os critérios definidos na nota 3g. No caso da aplicação em fundo de investimento, o custo atualizado reflete o valor justo das respectivas cotas.

e. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender às necessidades próprias e de seus clientes. Essas operações têm por finalidade gerenciar as exposições de riscos de mercado, que estão associados a perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices. A política de atuação, o controle, o estabelecimento de estratégias de operações, bem como o limite dessas posições, seguem diretrizes da Administração do Banco.

De acordo com a Circular BACEN nº 3.082, os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (hedge).

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor justo, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Uma área independente das áreas operacionais e de negócios é responsável pela avaliação e mensuração dos ativos e passivos existentes no Banco. O cálculo do valor justo da carteira de instrumentos financeiros derivativos, como swaps, termos, operações de futuros e outros derivativos, são baseados em preços, taxas ou informações coletadas de fontes independentes, como B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão, corretoras, BACEN, ANBIMA, entre outros. Os riscos de mercado e de crédito associados a esses produtos, bem como os riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros. Para os instrumentos financeiros derivativos, são estabelecidos e mantidos procedimentos de avaliação da necessidade de ajustes prudenciais em seus valores, previstos pela Resolução CMN nº 4.277, independentemente da metodologia de apreamento adotada e observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Para os instrumentos derivativos negociados em balcão, os ajustes refletem o risco atribuível à qualidade creditícia do emissor ou da contraparte, mensurados por meio de metodologia aprovada internamente.

f. Operações de crédito

São registradas considerando os rendimentos auferidos, reconhecidos em base pro rata dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuadas.

As receitas e encargos de qualquer natureza relativos a operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias são registrados em conta de rendas a apropriar, sendo reconhecidos em resultado quando de seu efetivo recebimento.

g. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Fundamentada na análise das operações em aberto, efetuada pela Administração para concluir quanto ao valor adequado para absorver prováveis perdas na sua realização levando em conta a conjuntura econômica e os riscos específicos e globais da carteira, bem como o disposto na Resolução CMN nº 2.682, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação.

h. Permanente

- **Imobilizado de uso:** corresponde aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades do Banco ou exercidos com essa finalidade. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens;
- **Intangível:** corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades do Banco ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico;
- **Outros investimentos:** são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

i. Redução ao valor recuperável

Conforme disposto pela Resolução CMN nº 3.566 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 (impairment), os ativos tem o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda. Quando o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, a perda será reconhecida diretamente no resultado.

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 não foram identificadas perdas por impairment.

j. Depósitos, captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata.

Os custos incorridos na forma de captação que se enquadram como custos de transação são reconhecidos no resultado com base no regime de competência pelo prazo das operações originárias.

k. Outros passivos

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias (em base pro rata) e cambiais incorridos.

l. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A contribuição social é calculada à alíquota de 20% sobre o resultado tributável, conforme determinada pela IN RFB 1.942/2020.

Nos termos da Emenda Constitucional nº 103, a partir de 01 de março de 2020 ficou estabelecida a alíquota de 20% da CSLL sobre o balanço que anteriormente era de 15%.

Em 30 de junho de 2020, o Banco possui ativos de créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social contabilizados, decorrentes de diferenças temporárias.

Com base na Resolução CMN nº 3.059 e alterações posteriores, os resultados tributáveis históricos e projeções de curto e médio prazo preparado pelo Banco, possibilitam uma estimativa razoável de prazo de realização destes ativos (nota 19c).

m. PIS e COFINS

As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente.

n. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias)

O Banco segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas.

Nas demonstrações financeiras não são reconhecidos os ativos contingentes, exceto quando da existência de evidências que propiciam a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

As ações são classificadas como perda provável, possível ou remota, sendo constituída provisão para aquelas de perda provável, de acordo com a estimativa do valor da perda, considerando a opinião de nossos assessores jurídicos, a natureza das ações e o posicionamento dos tribunais para causas de natureza semelhante. Os processos classificados como perda possível são apenas divulgados e os classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

o. Pagamento baseado em ações

Os funcionários elegíveis do Banco participam dos planos de pagamento baseado em ações, que são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS. O Banco contabiliza sua despesa no resultado do semestre em contrapartida a uma provisão no passivo, conforme disposto pela Resolução CMN nº 3.989 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações (nota 21).

p. Benefícios a empregado pós-emprego

Planos de benefícios pós-emprego ou de longo prazo, são acordos formais ou informais nos quais o Banco se compromete a proporcionar benefícios pós-emprego a um ou mais empregados, conforme Resolução CMN nº 4.424, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregado.

Os planos de contribuição definida são benefícios pós-emprego, no qual o Banco como patrocinador paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo), não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios, relativos aos seus serviços no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.

Os planos de benefício definido são benefícios pós-emprego que não sejam planos de contribuição definida. Para esta modalidade de plano, a obrigação do Banco é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado (nota 22).

4 Componentes de caixa e equivalentes de caixa

	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Disponibilidades	46.961	11.911
Disponibilidades em moeda nacional	1.400	816
Disponibilidades em moeda estrangeira	45.561	11.095
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.029.998	302.076
Aplicações no mercado aberto - vendas a liquidar - posição bancada	3.029.998	292.004
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	10.072
Total	<u>3.076.959</u>	<u>313.987</u>

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

	<u>30.06.2020</u>			<u>31.12.2019</u>
	<u>De 1 a 3 meses</u>	<u>De 3 a 6 meses</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Aplicações no mercado aberto	2.968.728	1.142.163	4.110.891	2.218.041
Posição bancada	2.280.455	1.008.437	3.288.892	1.793.876
LTN	2.280.455	1.008.437	3.288.892	1.793.876
Posição vendida	688.273	133.726	821.999	424.165
LTN	688.273	133.726	821.999	424.165
Aplicações em depósitos interfinanceiros	184.979	-	184.979	181.255
Depósitos interfinanceiros	184.979	-	184.979	181.255
Total	<u>3.153.707</u>	<u>1.142.163</u>	<u>4.295.870</u>	<u>2.399.296</u>

6 Títulos e valores mobiliários

O custo atualizado (acrescidos dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários eram os seguintes:

a. Títulos para negociação

	30.06.2020					31.12.2019			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Valor justo / contábil	Custo atualizado	Valor justo / contábil	Custo atualizado
Carteira própria									
LTN	600	-	1.365	-	-	1.965	1.906	152.691	152.663
NTN	-	9.766	2.135	6.958	2.078	20.937	20.538	15.551	15.246
Total	600	9.766	3.500	6.958	2.078	22.902	22.444	168.242	167.909

b. Títulos disponíveis para venda

	30.06.2020					31.12.2019			
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor justo / contábil	Custo atualizado	Valor justo / contábil	Custo atualizado	
Carteira própria									
LTN	-	291.973	-	-	291.973	291.959	-	-	
Subtotal	-	291.973	-	-	291.973	291.959	-	-	
Vinculados a prestação de garantias									
LTN	-	99.475	259.261	84.037	442.773	421.570	487.966	475.885	
Cotas de fundo de investimento	33.586	-	-	-	33.586	33.586	32.477	32.477	
Subtotal	33.586	99.475	259.261	84.037	476.359	455.156	520.443	508.362	
Total	33.586	391.448	259.261	84.037	768.332	747.115	520.443	508.362	

c. Títulos mantidos até o vencimento

	30.06.2020					31.12.2019		
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Custo atualizado / contábil	Valor justo	Custo atualizado / contábil	Valor justo
Carteira própria								
Debêntures	1.167	3.917	26.796	106.763	138.643	159.812	77.219	77.448
Total	1.167	3.917	26.796	106.763	138.643	159.812	77.219	77.448

Os títulos públicos federais encontram-se custodiados na SELIC, as debêntures em outra instituição financeira e as cotas de fundo de investimento na B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão.

7 Instrumentos financeiros derivativos

Os quadros a seguir demonstram os valores referenciais atualizados ao preço de mercado, os respectivos ajustes a receber e a pagar e as exposições líquidas nos balanços patrimoniais para os instrumentos financeiros derivativos:

	30.06.2020		31.12.2019	
	Valor justo		Valor justo	
	Valor referencial	Ajuste a receber (pagar)	Valor referencial	Ajuste a receber (pagar)
Futuros				
Posição comprada	24.056.110	1.879	9.332.210	(12.824)
DI	2.234.097	1.096	544.936	301
DDI	21.738.504	198	8.519.913	(12.092)
Dólar	83.509	585	267.361	(1.033)
Posição vendida	687.657	1.168	739.909	2.111
DI	107.141	(12)	253.685	(5)
DDI	135.793	(953)	271.490	1.046
Dólar	444.723	2.133	214.734	1.070

Em 30 de junho de 2020, além dos ajustes diários de contratos futuros, encontra-se registrado na rubrica “Outros passivos financeiros” no passivo circulante, o montante de R\$ 16 (2019 - R\$ 27), referente a comissões e corretagens a liquidar junto a B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão.

	30.06.2020			31.12.2019		
	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo
Por indexador						
Swap						
Posição ativa	8.301	345	333	2.928.187	69.937	132.817
CDI	-	-	-	2.928.187	69.937	132.817
Dólar	8.301	345	333	-	-	-
Posição passiva	14.988.154	(4.993.785)	(5.510.897)	6.649.780	(780.252)	(926.475)
CDI	14.788.154	(4.905.640)	(5.423.315)	6.449.780	(768.407)	(917.105)
Prefixado	200.000	(88.145)	(87.582)	200.000	(11.845)	(9.370)
Operações a Termo						
Posição ativa	546.748	119.477	114.260	323.059	8.484	7.394
Dólar	399.618	112.957	107.310	180.545	6.455	5.195
Prefixado	147.130	6.520	6.950	142.514	2.029	2.199
Posição passiva	373.181	(31.051)	(32.850)	310.365	(6.241)	(8.595)
Dólar	78.053	(2.885)	(4.007)	257.290	(5.616)	(8.099)
Prefixado	295.128	(28.166)	(28.843)	53.075	(625)	(496)
Total	15.916.384	(4.905.014)	(5.429.154)	10.211.391	(708.072)	(794.859)

O quadro a seguir demonstra os valores referenciais registrados em contas de compensação e os respectivos prazos de vencimento:

	30.06.2020				31.12.2019	
	Até 1 mês	De 1 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
	Futuros	324.794	4.586.076	6.011.452	13.821.445	24.743.767
Swap	241.403	1.929.725	3.758.166	9.067.161	14.996.455	9.577.967
Operações a termo	333.122	360.683	178.230	47.894	919.929	633.424

O valor justo dos instrumentos financeiros estava segregado conforme segue:

	30.06.2020			31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo						
Swap	333	-	333	36.813	96.004	132.817
Operações a termo	102.164	12.096	114.260	6.919	475	7.394
Total	102.497	12.096	114.593	43.732	96.479	140.211
Passivo						
Swap	(1.821.307)	(3.689.590)	(5.510.897)	(259.758)	(666.717)	(926.475)
Operações a termo	(32.850)	-	(32.850)	(5.593)	(3.002)	(8.595)
Total	(1.854.157)	(3.689.590)	(5.543.747)	(265.351)	(669.719)	(935.070)

Os resultados apurados com instrumentos financeiros derivativos, nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019, estão assim compostos:

	30.06.2020	30.06.2019
Futuros	4.811.118	36.746
Swap	(4.963.030)	(34.864)
Operações a termo	141.631	4.168
Opções	-	3
Total	(10.281)	6.053

Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados na B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão.

8 Gerenciamento de riscos

Administração de risco operacional

O Banco possui uma estrutura de gerenciamento de risco operacional responsável por identificar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e reportar seus riscos, sendo amplamente difundida dentro da organização. Dentro desse contexto, todos os funcionários possuem acesso direto às ferramentas, metodologias e relatórios produzidos pela área de Risk Management, o que facilita na disseminação da cultura de controle de riscos dentro do Banco.

A estrutura de risco operacional no Banco também contempla a participação da Diretoria Executiva, que é envolvida imediatamente em todos os eventos relevantes de risco e participa ativamente no acompanhamento das ações que visam a mitigação e resolução de tais eventos. Além do acompanhamento diário, a área de Risk Management também reporta os principais eventos de risco operacional ocorridos no mês em um relatório enviado aos chefes de área e às Diretorias Executivas do Banco e do BNS.

Administração de riscos de mercado e liquidez

Em linha com as determinações da casa matriz e seguindo as melhores práticas de administração de riscos aplicadas internacionalmente, o Banco possui uma estrutura de gerenciamento e controle de riscos abrangente, integrada e independente das áreas de negócio, que busca a otimização da relação risco/retorno privilegiando o acompanhamento eficaz e o rigoroso controle dos fatores de exposição a riscos. Um conjunto integrado de processos utilizando plataformas de sistemas locais e globais é responsável pela apuração, análise e reporte dos riscos de mercado e de liquidez. Os limites de risco são determinados e aprovados pela Diretoria Executiva local e da casa matriz, e monitorados de forma preventiva.

Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez é realizado de forma diária por meio da utilização de modelos proprietários e instrumentos como VaR - Value-at-Risk, medidas de curto prazo de liquidez, projeções de fluxo de caixa, stress test, backtesting, análise de sensibilidade de juros, câmbio e volatilidade.

A observância dos requerimentos do BNS permitiu ao Banco o atendimento às exigências do BACEN quanto à implementação da estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos (Resolução CMN nº 4.557), mais especificamente no que trata dos riscos de mercado e de liquidez. Além disso, o Banco apura os requerimentos de capital devido à exposição ao risco de mercado segundo os critérios definidos pela Resolução CMN nº 4.193.

Administração de risco de crédito

Em linha com as determinações do BACEN (Resoluções CMN nº 2.682, 4.557, 4.677, 4.693, entre outras) e com a filosofia de gestão de riscos da organização, o Banco possui uma estrutura de gerenciamento de risco de crédito que engloba a análise e o estabelecimento de limites de crédito individuais para seus clientes, bem como a análise e o monitoramento do risco de crédito agregado do Banco, que considera todas as linhas de produtos oferecidas e todos os segmentos econômicos nos quais os tomadores atuam.

A cultura de risco de crédito é fortemente difundida no Banco e a descrição dos produtos oferecidos aos tomadores contempla a identificação dos riscos de crédito, de mercado e operacional, bem como os sistemas de informação que irão controlá-los. Os limites de crédito individuais para tomadores são aprovados com a utilização de técnicas/metodologias próprias do Banco, e revistos pelo menos uma vez ao ano, juntamente com os respectivos ratings, sendo que estes, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682, são revistos semestralmente para operações de um mesmo cliente ou grupo econômico cujo montante exceda 5% do patrimônio líquido ajustado do Banco.

De forma sistemática, a Diretoria Executiva e as áreas de controle de riscos atuam ativamente no gerenciamento do risco de crédito, o que envolve a aprovação dos limites de crédito individuais e a aprovação das políticas institucionais. Adicionalmente, atuam no monitoramento da carteira de crédito agregada e na avaliação dos resultados dos testes de estresse, que são exercícios utilizados na avaliação de potenciais impactos de eventos adversos no portfólio de crédito da instituição.

Gerenciamento de capital

O Banco está empenhado em manter uma sólida base de capital a fim de suportar os riscos associados aos seus negócios. A estrutura de gerenciamento contínuo de capital do Banco, que engloba políticas internas, medidas e procedimentos que se referem ao gerenciamento de capital, está em linha com a política global do BNS e atende aos requerimentos do BACEN dispostos na Resolução CMN nº 4.557.

Os princípios que governam a estrutura de gerenciamento de capital do Banco visam atender aos seguintes aspectos: determinações do regulador; existência de governança e supervisão apropriadas; políticas, estratégias e medidas de gerenciamento de capital que foquem nas relações entre propensão de risco, perfil de risco e capacidade de capital; sólido processo de gerenciamento de risco; processo de avaliação de adequação de capital que esteja de acordo com as políticas de governança e capital; existência de sistemas, processos e controles adequados para auxiliar no planejamento, previsão, mensuração, monitoramento e controle dos limites autorizados, além da elaboração de relatórios sobre o capital.

A Diretoria Executiva está diretamente envolvida no gerenciamento contínuo de capital, sendo responsável também pela revisão e aprovação, anualmente, das políticas internas do Banco. Adicionalmente, a Diretoria Executiva atua no monitoramento do nível e da adequação do capital do Banco por meio de relatórios periódicos produzidos e enviados pelas áreas diretamente envolvidas no processo de gerenciamento de capital.

A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital está evidenciada em relatório de acesso público, disponível no endereço:
<http://www.br.scotiabank.com>.

Hierarquia de valor justo

Para aumentar a consistência e a comparabilidade nas mensurações do valor justo e nas divulgações correspondentes, foi estabelecida uma hierarquia de valor justo que classifica em três níveis as informações (inputs) aplicadas nas técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo. A hierarquia de valor justo dá a mais alta prioridade a preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos e a mais baixa prioridade a dados não observáveis.

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

- **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração.
- **Nível 2** – Informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- **Nível 3** – Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Os quadros a seguir apresentam os instrumentos financeiros em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, classificados nos diferentes níveis hierárquicos de mensuração pelo valor justo:

	30.06.2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Títulos e valores mobiliários	791.234	-	-	791.234
Títulos para negociação (nota 6a)	22.902	-	-	22.902
Títulos disponíveis para venda (nota 6b)	768.332	-	-	768.332
Instrumentos financeiros derivativos (nota 7, 11a e 16a)	9.277	114.593	-	123.870
Total	800.511	114.593	-	915.104
Passivo				
Captação no mercado aberto - Carteira livre movimentação (nota 13)	(824.942)	-	-	(824.942)
Instrumentos financeiros derivativos (nota 7, 11a e 16a)	(6.230)	(5.543.747)	-	(5.549.977)
Total	(831.172)	(5.543.747)	-	(6.374.919)
	31.12.2019			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Títulos e valores mobiliários	688.685	-	-	688.685
Títulos para negociação (nota 6a)	168.242	-	-	168.242
Títulos disponíveis para venda (nota 6b)	520.443	-	-	520.443
Instrumentos financeiros derivativos (nota 7, 11a e 16a)	2.613	140.211	-	142.824
Total	691.298	140.211	-	831.509
Passivo				
Captação no mercado aberto - Carteira livre movimentação (nota 13)	(424.583)	-	-	(424.583)
Instrumentos financeiros derivativos (nota 7, 11a e 16a)	(82.434)	(935.070)	-	(1.017.504)
Total	(507.017)	(935.070)	-	(1.442.087)

Risco de mercado

Risco de Mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Banco, incluindo o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

De acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 4.557/17 e da Circular nº 3.354/07, as operações são divididas entre as Carteiras de Negociação e Bancária.

A Carteira de Negociação consiste em todas as posições em ativos financeiros mantidos com intenção de negociação ou com o objetivo de proteger (hedge) outros elementos da carteira de negociação. As posições mantidas com intenção de negociação são aquelas mantidas intencionalmente para revenda de curto prazo e/ou com a intenção de proteger o portfólio contra os movimentos do mercado.

Na Carteira Bancária estão incluídas todas as operações não classificadas na carteira de negociação. Nesta carteira estão as operações da carteira comercial do Banco, como operações de empréstimos, repasses e suas linhas de financiamento, além de posições de títulos e valores mobiliários que estejam contabilmente classificados como mantidos até o vencimento (Held to Maturity) e os instrumentos da carteira de Tesouraria.

Afim de avaliar os efeitos no resultado do Conglomerado diante de eventuais cenários, o Banco realiza uma análise de sensibilidades para cada fator de risco de mercado considerado relevante pela Administração.

Análise de sensibilidade 1

São considerados choques paralelos nas curvas dos fatores de riscos mais relevantes. Consideram-se dois cenários para essa simulação, em que cada fator de risco analisado sofre um incremento ou uma redução de 100 pontos base. Essa análise examina os efeitos no resultado da organização diante de possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas pelo mercado.

Carteira de Negociação

(Em milhares de reais)

	Cenários	
	+100 bps	-100 bps
Taxas de Juros		
Exposição de Juros Prefixados	(344)	344
Exposição ao Cupom Cambial	(1.435)	1.435
Exposição de Cupom de Índices de Preço	-	-
Total	(1.779)	1.779

Carteira de Negociação + Bancária

	Cenários	
	+100 bps	-100 bps
Taxas de Juros		
Exposição de Juros Prefixados	(11.263)	11.263
Exposição ao Cupom Cambial	(1.435)	1.435
Exposição de Cupom de Índices de Preço	-	-
Total	(12.698)	12.698

Análise de sensibilidade 2

São considerados três cenários que refletem os movimentos das curvas de juros de mercado e das taxas de câmbio de moedas estrangeiras sobre as exposições contidas nas carteiras do Banco. Para cada cenário, consideram-se sempre os impactos negativos em cada fator de risco e desconsideram-se os efeitos de correlação entre esses fatores e os impactos fiscais.

- **Cenário (I):** Choque paralelo de 10 pontos base (incremento ou redução) em todos os vértices das curvas de taxas de juros. Para moedas estrangeiras, choque de 10% (incremento ou redução) sobre as taxas de câmbio atuais.
- **Cenário (II):** Choque paralelo de 20% (incremento ou redução) em todos os vértices das curvas de taxas de juros. Para moedas estrangeiras, choque de 20% (incremento ou redução) sobre as taxas de câmbio atuais.
- **Cenário (III):** Choque paralelo de 30% (incremento ou redução) em todos os vértices das curvas de taxas de juros. Para moedas estrangeiras, choque de 30% (incremento ou redução) sobre as taxas de câmbio atuais.

É importante destacar que os cenários (II) e (III) envolvem eventos relacionados a fortes situações de estresse.

Carteira de Negociação

(Em milhares de reais)

	Cenários		
	(I)	(II)	(III)
Taxas de Juros			
Exposição de Juros Prefixados	(34)	(55)	(83)
Exposição ao Cupom Cambial	(144)	(291)	(436)
Exposição de Cupom de Índices de Preço	-	-	-
Total	(178)	(346)	(518)
Taxas de Câmbio			
Total exposição a taxas de câmbio	<u>(812)</u>	<u>(1.624)</u>	<u>(2.436)</u>

Carteira de Negociação + Bancária

	Cenários		
	(I)	(II)	(III)
Taxas de Juros			
Exposição de Juros Prefixados	(1.126)	(6.434)	(9.651)
Exposição ao Cupom Cambial	(144)	(291)	(436)
Exposição de Cupom de Índices de Preço	-	-	-
Total	(1.270)	(6.725)	(10.087)
Taxas de Câmbio			
Total exposição a taxas de câmbio	<u>(812)</u>	<u>(1.624)</u>	<u>(2.436)</u>

Na análise realizada, as operações da Carteira Bancária sofreram valorização ou desvalorização em decorrência das mudanças nas taxas de juros a termo praticadas no mercado. Essas oscilações não representam impacto financeiro no resultado do Banco, pois os ativos financeiros contidos nessa carteira não são mensurados ao valor justo e, por consequência, o impacto dessas oscilações são considerados somente no patrimônio líquido da organização.

No caso da Carteira de Negociação, as exposições representam impactos no resultado do Banco devido a marcação a mercado dos ativos ou devido a sua realização ou liquidação.

9 Operações de crédito

a. Composição da carteira de crédito por tipo de operação, atividade e prazo

	30.06.2020				31.12.2019	
	Vencidas Acima de 15 dias	A vencer			Total	Total
		Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos		
Setor privado						
Cédula de crédito bancário (CCB)	-	77.439	49.292	60.000	186.731	140.263
Indústria	-	27.416	19.138	-	46.554	45.229
Comércio	-	-	-	-	-	4.821
Outros serviços - PJ	-	50.023	30.154	60.000	140.177	90.213
Nota de crédito à exportação (NCE)	-	6.850	816.836	816.240	1.639.926	1.623.753
Indústria	-	6.850	816.836	816.240	1.639.926	1.623.753
CCL Exportação com ACC	75.525	176.816	295.852	-	548.193	415.715
Indústria	75.525	176.816	169.322	-	421.663	415.715
Outros serviços - PJ	-	-	126.530	-	126.530	-
Rendas a receber de ACC	2.405	2.055	3.533	-	7.993	2.758
Indústria	2.405	2.055	2.598	-	7.058	2.758
Outros serviços - PJ	-	-	935	-	935	-
CCL Exportação com ACE	-	113.899	-	-	113.899	81.200
Indústria	-	113.899	-	-	113.899	81.200
Rendas a receber de ACE	-	2.560	-	-	2.560	411
Indústria	-	2.560	-	-	2.560	411
Variação cambial CCL Exportação com ACC/ACE (i)	23.854	84.491	42.048	-	150.393	3.683
Indústria	23.854	84.491	31.693	-	140.038	3.683
Outros serviços - PJ	-	-	10.355	-	10.355	-
Total	77.930	464.110	1.207.561	876.240	2.649.695	2.267.783

- (i) Conforme instruções do BACEN, o Banco calcula a provisão para perdas associadas a carteira de crédito, com base no saldo de Câmbio Comprado a Liquidar (CCL) das operações com adiantamento de contrato de câmbio (ACC/ACE) adicionado aos respectivos rendimentos, convertidos em reais mensalmente pela taxa de câmbio (PTAX) fornecida pelo BACEN para fins de balanço.

Em 30 de junho de 2020 e 2019 o Banco não possuía operações de cessão de crédito com transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios, de acordo com a Resolução CMN nº 3.533.

b. Concentração das operações de crédito

	30.06.2020	31.12.2019
Principal devedor	1.639.926 (i)	1.623.753
Percentual sobre o total da carteira de crédito	61,9%	71,6%
20 maiores devedores	2.649.695	2.267.783
Percentual sobre o total da carteira de crédito	100,0%	100,0%

- (i) Veja nota 24a.

c. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Nível de Risco	% mínimo de provisionamento requerido	Total da carteira		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito			
		30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020 (i)			31.12.2019
				Mínima	Adicional	Existente	
AA	0,0%	2.471.397	2.129.059	-	-	-	-
A	0,5%	16.048	15.525	(80)	-	(80)	(78)
G	70,0%	162.250	123.199	(113.575)	(24.338)	(137.913)	(86.239)
Total		2.649.695	2.267.783	(113.655)	(24.338)	(137.993)	(86.317)

(i) Provisão mínima requerida e adicional aos percentuais estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682.

d. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2020	2019
Saldos no início dos semestres	(86.317)	(83.434)
Constituição de provisão	(51.676)	(4)
Reversão de provisão	-	1.209
Saldos no final dos semestres	(137.993)	(82.229)

e. Créditos renegociados, recuperados e baixados para prejuízo

O montante de créditos renegociados em 30 de junho de 2020 representa R\$ 272.173 (30.06.2019 - R\$ 79.754).

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019, não houve recuperações e créditos baixados para prejuízo.

f. Resultado de operações de crédito

	30.06.2020	30.06.2019
Rendas de financiamentos à exportação	475.287	20.936
Rendas de empréstimos	3.507	7.341
Total	478.794	28.277

10 Operações de câmbio

	30.06.2020	31.12.2019
Câmbio comprado a liquidar	1.524.495	663.028
Direitos sobre vendas de câmbio	417.378	327.304
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	10.553	3.169
Total	1.952.426	993.501
Ativo circulante	1.952.426	993.501
Ativo não circulante	-	-
	30.06.2020	31.12.2019
Câmbio vendido a liquidar	417.016	327.091
Obrigações por compra de câmbio	1.373.424	661.032
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(662.092)	(496.915)
Total	1.128.348	491.208
Passivo circulante	1.128.348	491.208
Passivo não circulante	-	-

O Banco entende que essa forma de apresentação proporciona informação relevante e confiável para o usuário, devido as características da operação, cujos vencimentos ocorrem substancialmente em períodos inferiores a 360 dias.

11 Outros ativos

a. Composição de outros ativos financeiros

	30.06.2020	31.12.2019
Devedores por depósitos em garantia	38.914	38.364
Negociação e intermediação de valores	9.277	2.613
Outros	2	4
Total	48.193	40.981
Ativo circulante	9.279	2.617
Ativo não circulante	38.914	38.364

b. Composição de outros ativos

	30.06.2020	31.12.2019
Impostos e contribuições a compensar	11.475	13.734
Valores a receber sociedades ligadas	1.997	2.634
Outros valores e bens	1.368	1.337
Adiantamentos e antecipações salariais	885	995
Outros	6	662
Total	15.731	19.362
Ativo circulante	15.222	18.853
Ativo não circulante	509	509

12 Depósitos

	30.06.2020				31.12.2019	
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total	Total
Depósitos à vista	98	-	-	-	98	108
Depósitos a prazo	-	67.435	37.828	4.887	110.150	1.050.891
Total	98	67.435	37.828	4.887	110.248	1.050.999

Em 30 de junho de 2020 o percentual médio das captações dos depósitos a prazo é 115,2% do DI (31.12.2019 – 102,5% do DI).

13 Captações no mercado aberto

Em 30 de junho de 2020, estão representadas por obrigações em operações compromissadas no montante de R\$ 824.942 (31.12.2019 - R\$ 424.583), com vencimentos até novembro de 2020 e taxas que variam de 2,08% a 4,31% ao ano, correspondentes a obrigações referentes ao compromisso de devolução de títulos recebidos como lastro em operações compromissadas com acordo de livre movimentação.

14 Obrigações por empréstimos

As obrigações por empréstimos no exterior no montante de R\$ 1.624.665 (31.12.2019 - R\$ 569.415) estão representados, basicamente, por operações destinadas a financiamentos a exportação, com vencimentos até maio de 2021. As operações são atualizadas pela variação cambial de dólar acrescidas de juros que variam de 0,28% a 0,33% ao ano.

15 Obrigações por repasses

As obrigações por repasses do exterior no montante de R\$ 1.639.926 (31.12.2019 - R\$ 1.623.753) estão representados, por captação externa na forma da Resolução CMN nº 2.921, com vencimentos até março de 2022. As operações são atualizadas pela variação cambial de dólar acrescidas de juros que variam de 1,02% a 3,45% ao ano.

16 Outros passivos

a. Composição de outros passivos financeiros

	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Relações interdependências	15.337	9.614
Negociação e intermediação de valores	6.246	82.461
Total	<u>21.583</u>	<u>92.075</u>
Passivo circulante	21.583	583.283
Passivo não circulante	-	-

b. Composição de outros passivos

	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	88.519	35.225
Provisão para despesas de pessoal	29.019	14.890
Impostos e contribuições a recolher	9.783	12.949
Outros	868	3.810
Total	<u>128.189</u>	<u>66.874</u>
Passivo circulante	122.810	65.988
Passivo não circulante	5.379	886

17 Contingências e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a. Ativos Contingentes

O Banco não possui qualquer ativo contingente reconhecido em seu balanço, assim como não possui neste momento, processos judiciais que gerem expectativa de ganhos futuros.

b. Contingências passivas

O Banco é parte em processos de ações judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas atividades, envolvendo questões de natureza trabalhista, fiscal e previdenciária. A avaliação para constituição de provisões é efetuada, conforme critérios descritos na nota 3n.

O Banco mantém provisões constituídas para esses passivos contingentes classificados como perdas prováveis, em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas. Os valores provisionados encontram-se registrados na rubrica “Provisões para contingências”, no passivo não circulante.

As ações trabalhistas em andamento classificadas como perdas possíveis, representam o montante de R\$ 27.206 (31.12.2019 - R\$ 26.338). Os processos trabalhistas em sua maioria referem-se a ações ajuizadas por ex-empregados e terceirizados com o objetivo de obter indenizações, substancialmente no que se refere ao pagamento de horas extras e outros direitos trabalhistas.

Existem processos em andamento de natureza fiscal classificados como perdas possíveis no montante de R\$ 13.447 (31.12.2019 - R\$ 13.196), sendo os mais significativos decorrentes de tributos que o Banco vem discutindo judicialmente, basicamente relativo a um pedido de compensação de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, no montante de R\$ 5.327 (31.12.2019 - R\$ 5.294) e a um pedido de nulidade do auto de infração no montante de R\$ 5.854 (31.12.2019 - R\$ 5.635), referente a impostos (ISS) reclamados pela Prefeitura Municipal de São Paulo, incidentes sobre serviços prestados pelo Banco. Estes processos possuem depósitos judiciais suficientes para cobertura do risco fiscal.

c. Obrigações legais

O processo principal no montante de R\$ 18.962 (31.12.2019 - R\$ 18.812), incluindo o seu depósito judicial de valor equivalente à provisão, refere-se a uma contestação judicial quanto à exigibilidade da contribuição ao Programa de Integração Social - PIS, nos termos da Emenda Constitucional nº 17/97 e Lei Complementar nº 7/70 no tocante à sua legalidade ou constitucionalidade.

d. Movimentação dos saldos

	Trabalhistas	Contingências fiscais	Obrigações legais	Total
Saldo em 31.12.2019	494	2.850	23.837	27.181
Constituição	-	-	141	141
Atualização	17	24	197	238
Saldo em 30.06.2020	511	2.874	24.175	27.560
Depósitos Judiciais (i)				
Saldo em 30.06.2020	53	13.867	24.994	38.914
Saldo em 31.12.2019	51	13.666	24.647	38.364

(i) Veja nota 11a

18 Patrimônio líquido

O capital social, totalmente integralizado, está representado por 4.204.886.326 (31.12.2019 - 4.204.886.326) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A Administração delibera a cada período, sobre a destinação do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do período, até o limite definido pela legislação vigente. O saldo da reserva estatutária refere-se a parcela não distribuída de lucros de exercícios anteriores e atual, que por decisão da Assembleia Geral, foram transferidos para os exercícios subsequentes.

19 Imposto de renda e contribuição social

a. Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações

	30.06.2020		30.06.2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação e após participações nos lucros	82.136	82.136	38.757	38.757
Adições (exclusões) temporárias	120.321	120.321	33.030	33.030
Ajuste ao valor justo – TVM e derivativos	55.532	55.532	23.124	23.124
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	52.368	52.368	(1.540)	(1.540)
Outras	12.421	12.421	11.446	11.446
Adições (exclusões) permanentes	278	279	81	83
Base tributável	202.735	202.736	71.868	71.870
Alíquotas	25%	20%	25%	15%
Total IRPJ e CSLL - valores correntes antes dos incentivos fiscais	(50.672)	(37.966)	(17.955)	(10.780)
Incentivos Fiscais	118	-	108	-
Total IRPJ e CSLL - valores correntes	(50.554)	(37.966)	(17.847)	(10.780)
Crédito Tributário	18.053	14.672	2.675	1.605
Passivo fiscal diferido	12.027	9.622	5.582	3.349
Total	(20.474)	(13.672)	(9.590)	(5.826)

b. Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos de acordo com a natureza e origem

	Saldo em		Realização / Reversão	Saldo em 30.06.2020
	31.12.2019	Constituição		
Créditos tributários	56.606	35.294	(2.569)	89.331
Refletido no Resultado	56.606	35.294	(2.569)	89.331
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	38.645	25.696	(1.932)	62.409
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	12.220	165	-	12.385
Provisões Indedutíveis	5.442	6.049	(338)	11.153
Outros	299	3.384	(299)	3.384
Total	56.606	35.294	(2.569)	89.331
Passivo fiscal diferido	(30.980)	(348)	21.997	(9.331)
Refletido no Resultado	(30.980)	(348)	21.997	(9.331)
Ajuste a valor justo de derivativos	(21.888)	-	21.888	-
Atualização monetária de depósitos judiciais	(8.941)	(183)	-	(9.124)
Ajuste a valor justo de TVM classificados como negociação	(151)	(165)	109	(207)
Refletido no Patrimônio Líquido	(5.436)	(4.253)	142	(9.547)
Ajuste a valor justo TVM classificados como disponíveis para venda	(5.436)	(4.253)	142	(9.547)
Total	(36.416)	(4.601)	22.139	(18.878)

c. Previsão da realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

Prazo de Realização	Diferenças Temporárias	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	Total
1º Ano	10.882	-	10.882
2º Ano	4.474	-	4.474
3º Ano	4.403	-	4.403
4º Ano	6.826	-	6.826
5º Ano	13.116	-	13.116
6º ao 10º Ano	49.630	-	49.630
Total	89.331	-	89.331
Valor Presente (*)	71.660	-	71.660

(*) Para ajuste a valor presente foi usada a taxa anual de CDI projetada.

Na data do balanço, inexistem créditos tributários não ativados.

20 Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.636, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.

a. Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas estão representadas por:

	Ativo / (Passivo)		Receitas / (Despesas)		
			01.01 a	01.01 a	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	30.06.2019	
Disponibilidades		2.248	161	227	3.021
BNS (1)		2.248	161	227	3.021
Carteira de câmbio - posição ativa		12.249	9.596	3.115	(668)
BNS (1)		12.249	9.596	3.115	(668)
Valores a receber (pagar) sociedades ligadas / receitas (despesas) de prestação de serviços		1.997	1.948	7.615	5.782
BNS (1)		1.268	983	7.639	5.207
Scotiabank & Trust (Cayman) (2)		11	11	76	784
Scotiabank Inverlat (México) (2)		144	350	(100)	(203)
Scotiabank Colpatria (Colômbia) (2)		574	604	-	(1)
Scotiabank Peru (2)		-	-	-	(5)
Obrigações por empréstimos		(1.624.665)	(569.415)	(217.311)	1.723
BNS (1)		(1.624.665)	(569.415)	(217.311)	1.723
Obrigações por repasses		(1.639.926)	(1.623.753)	(475.287)	(21.162)
BNS (1)		(1.639.926)	(1.623.753)	(475.287)	(21.162)
Carteira de câmbio - posição passiva		(12.233)	(9.564)	(2.974)	651
BNS (1)		(12.233)	(9.564)	(2.974)	651
Outras receitas (despesas) operacionais		-	-	95	-
Scotiabank Colpatria (Colômbia) (2)		-	-	36	-
Scotiabank Inverlat (México) (2)		-	-	59	-

(1) Acionista do Banco. Vide nota 1.

(2) Subsidiárias do BNS.

b. Remuneração da administração

Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os diretores estatutários. As despesas com a remuneração dos administradores para o semestre findo em 30 de junho de 2020 totalizam R\$ 6.080 (2019 - R\$ 6.017), sendo formadas por R\$ 4.282 (2019 - R\$ 4.186), que representam salários e encargos, participações nos lucros e gratificações e encargos sobre gratificações, denominados benefícios de curto prazo e por R\$ 1.798 (2019 - R\$ 1.831), que representam remuneração baseado em ações e encargos. Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

21 Pagamento baseado em ações

Os planos de pagamento baseado em ações são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS, negociada na bolsa de valores em Toronto no Canadá (TSX). As flutuações do preço das ações do BNS alteram o valor das unidades, o que afeta as despesas de pagamento do Banco com base em ações. Uma parcela que apura o valor justo do preço das ações varia também de acordo com o desempenho do Banco. Estes planos são liquidados em dinheiro e tem a sua despesa contabilizada no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo. Os funcionários elegíveis são pagos na forma desta remuneração variável, através de um dos seguintes planos: RSU, PSU ou DPP.

a. Plano de Unidades de Ações Restritas (RSU - *Restricted Share Unit Plan*)

De acordo com o plano de RSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus em unidades de ações restritas no final de três anos. O valor final a ser pago varia em função do preço da ação do BNS. Em 30 de junho de 2020, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 2.718 (31.12.2019 - R\$ 1.896) e a quantidade total de ações é de 22.915 unidades mensuradas pelo valor justo ponderado de R\$ 0,2191 por ação. O total da despesa registrada no período para este plano é de R\$ 822 (2019 - R\$ 934).

b. Plano de Unidades de Ações por Desempenho (PSU - *Performance Share Unit Plan*)

De acordo com o plano de PSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus ao final de três anos. Além da variação do preço da ação do BNS, esta parcela dos bônus está sujeita a critérios de desempenho (Retorno sobre o patrimônio líquido e Retorno total ao acionista) medido ao longo de um período de três anos, pelo qual um fator multiplicador é aplicado. Em 30 de junho de 2020, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 3.621 (31.12.2019 - R\$ 2.395) e a quantidade total de ações é de 29.114 unidades mensuradas pelo valor justo ponderado de R\$ 0,2191 por ação. O total da despesa registrada no período para este plano é de R\$ 1.226 (2019 - R\$ 1.099).

c. Plano de Desempenho Diferido (DPP - *Deferred Performance Plan*)

No âmbito do plano de DPP, a parte dos bônus recebida pelos funcionários elegíveis a este plano é alocada na forma de unidades. Estas unidades têm os seus valores definidos com base na variação do preço de mercado das ações do BNS e são pagas aos funcionários em cada um dos três anos seguintes. Em 30 de junho de 2020, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 492 (31.12.2019 - R\$ 492) e a quantidade de ações é de 2.394 unidades mensuradas pelo valor justo médio ponderado de R\$ 0,2056 por ação, apurado com base nos preços originais das ações quando foram concedidas. O total da despesa registrada no período para este plano é de R\$ zero (2019 - R\$ zero).

22 Benefícios a empregado pós-emprego

Para o plano de contribuição definida pós-emprego, o Banco oferece aos seus funcionários o benefício de previdência privada complementar através de contribuições mensais e que cessa a contribuição, após o desligamento do funcionário. O total das despesas com pessoal para este plano, no semestre findo em 30 de junho de 2020, é de R\$ 450 (2019 - R\$ 460).

Outros planos de contribuição definida pós-emprego, são considerados benefícios de curto prazo, como assistência médica e participações nos lucros.

O Banco não possui planos de benefício definido pós-emprego aos seus empregados.

23 Índice de basileia e limites operacionais

O Banco adota a apuração dos limites de Basileia com base nas diretrizes do BACEN. Em 30 de junho de 2020, o índice de Basileia do Banco é de 19,49% (31.12.2019 – 27,20%), o Patrimônio de Referência de R\$ 1.147.494 (31.12.2019 - R\$ 1.094.897) e o Patrimônio mínimo exigido para os montantes dos ativos ponderados pelo risco (RWA) de R\$ 470.913 (31.12.2019 - R\$ 322.065). Outros limites operacionais também são exigidos pelo regulador, como o Índice de Imobilização. O Banco encontra-se enquadrado em todos os limites no final destes períodos.

24 Outras informações

a. Operações ativas vinculadas

Em 30 de junho de 2020, o Banco possui operações ativas vinculadas no âmbito da Resolução CMN nº 2.921, com um único devedor, demonstradas no quadro a seguir:

	Ativo / (Passivo)		Receitas / (Despesas)	
	30.06.2020	31.12.2019	01.01 a 30.06.2020	01.01 a 30.06.2019
Operações de crédito				
NCE (nota 9a)	1.639.926	1.623.753	475.287	20.981
Obrigações por repasses				
Repasses do exterior (nota 16)	(1.639.926)	(1.623.753)	(475.287)	(21.162)
Resultado líquido			-	(181)

A remuneração das operações ativas vinculadas é suficiente para cobrir os custos das operações de captação.

Não existem operações ativas vinculadas inadimplentes ou com questionamento judicial.

Estas operações não devem ser computadas na apuração dos limites de exposição por cliente, estabelecidos na Resolução CMN nº 4.677.

b. Outras receitas/despesas operacionais

Em 30 de junho de 2020, referem-se substancialmente: (i) “Outras receitas operacionais”, a rendas de atualização de depósitos judiciais e impostos, prêmio de debêntures e reversão de provisões operacionais; (ii) “Outras despesas operacionais”, a atualização de impostos e contribuições sobre os lucros, e provisão passiva de contingências fiscais.

c. Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 e impactos nas demonstrações financeiras

Desde o início da pandemia, as nossas atividades estão em plena capacidade operacional e nossas ações têm levado em consideração as orientações do Ministério da Saúde. As demonstrações financeiras não foram impactadas pelos efeitos decorrentes da covid-19 e uma série de medidas foram tomadas pela Administração para proteção e suporte a seus funcionários, mantendo a maioria em trabalho remoto. O Banco continua com sua política conservadora no que tange a administração de liquidez e parâmetros de riscos adequados às atividades da instituição.

25 Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes que ocasionaram ajustes ou divulgações para demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2020.

* * *

Alexandre Hideo Yoda
Diretor Estatutário
(CFO)

Paulo Rogerio Batista Nunes
Contador
CRC 1SP151.043/O-7